

"O educador tem o dever de não ser neutro". Paulo Freire



"ESCOLA SEM MORDAÇA EDUCAÇÃO PRIORIZADA"

LISETE REGINA GOMES ARELARO

"A LUTA É DE CLASSES E ÉTNICA"

CLAUDETE ALVES DA SILVA SOUZA



"ESCOLA SEM PARTIDO É INSTRUMENTO DE CONTROLE"

GUILHERME COELHO DE SOUZA NASCIMENTO



"ESCOLA SEM PARTIDO É FARSA QUE TIRA FOCO DO PRINCIPAL"

CARLOS GIANNAZI



EDITORIAL

EDUCAÇÃO: QUANDO O ESTADO É O VILÃO

As atribuições constitucionais do Estado nunca estiveram tão em xeque como nos dias atuais. Nos últimos anos, o cenário aponta para um o retorno do economicismo na Educação. O Estado deixou de lado a vertente que identifica a Educação como investimento, para enquadrá-la sob a perspectiva da lógica econômica, ou seja, Educação para a formação de mão de obra voltada para o trabalho. Nesse sentido, mais recentemente, o governo sinaliza para a retirada do ensino de filosofia e sociologia das grades curriculares, e redução de verbas para os cursos de humanas. Menos cérebro para a mais-valia. Então, consideramos mais do que oportuno ouvir especialistas em Educação. Nas próximas páginas, publicamos o posicionamento das professoras, Lisete Arelaro, Claudete Alves e dos professores, Guilherme Nascimento e Carlos Giannazi. Boa leitura!

Maricleia Feol.

*"Por uma
Educação que nos
ensine a pensar e
não a obedecer"
Paulo Freire*



"ESSE CAOS VEM SENDO CONSTRUÍDO" LISETE ARELARO

de azul e rosa, já superadas nos anos 30. Enfim, há um projeto de uma escola com mordaca que está em plena execução. Estimulando denúncias, impondo medo e temor nas escolas, com suspensão e até expulsão de professores. É um movimento existente no mundo todo, que criou braços na América Latina. Querem uma população silenciosa e desinformada. O número de ministros militares, o próprio ministro da Educação Abraham Weintraub já processou por danos morais um aluno da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), onde é professor. Estamos no limite e a tendência é piorar."

Lisete Arelaro exerceu várias funções públicas, tendo sido Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Cidade de Diadema/SP (1993/96 e 2001/02). É pesquisadora na área de Educação, com ênfase em Política Educacional, dedicando-se, principalmente, aos seguintes temas: política educacional, administração de sistemas educacionais e escolar, planejamento e avaliação educacional, municipalização do ensino e financiamento da educação. Foi candidata à governadora em São Paulo pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Eleições 2018.

"Do ponto de vista formal, relembro um pouco o contexto, o movimento da Escola 'Sem Partido', surge no século passado, fim dos anos 90, ganhando impulso em 2002, com um site criado por conta da eleição do Lula. Curioso é que esse material não está mais no site. Era explícito o ataque direcionado a Lula, à esquerda, remetia a um processo de comunização que saiu da cabeça do então procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, como reação a um suposto fenômeno de instrumentalização do ensino para fins político ideológicos, partidários e eleitorais, que em seu ponto de vista representam doutrinação e cerceamento da liberdade do estudante em aprender. Há uma particularidade nisso. Ele tinha uma filha na escola privada que foi convidada a escolher personalidades importantes do século XX. Segundo Nagib declarou ao jornal El País, em junho de 2016, " professor teria comparado Che Guevara a São Francisco de Assis. Nagib ficou furioso e criou isso [Escola 'Sem Partido']". O professor, na verdade, fazia uma analogia entre pessoas que abriram mão de tudo por uma ideologia. O primeiro, em nome de uma ideologia política. O segundo, de uma religiosa. Lula se elege e os ataques à Educação pioram. Em 2014, o movimento vem mais

sistematizado com a apresentação de planos nacionais e estaduais nesse sentido, com avanço surpreendente de uma ala conservadora da igreja e dos neopentecostais. Há de se lembrar que, nesse período, perdemos uma oportunidade histórica, de firmar posição, da pré-escola até a pós graduação, em torno da ideologia de gênero que estava sendo discutida em Brasília e a Educação ainda dispunha de alguma parcela de investimento. A ala conservadora bateu o pé. Se não tirasse a questão de gênero não se votaria o Plano de Diretrizes Básicas. Em 2014, não se tinha o plano. De lá para cá, em 2015, o ex-deputado federal, Magno Malta, cria programa que foi enterrado, porque totalmente inconstitucional. Tudo isso para afirmar que Educar é um ato político. Não há conhecimento neutro, como já dizia Paulo Freire. E isso em toda a instituição que educa, escola, igreja, associações, enfim, em todo local que produz processo educativo. Nesse contexto, o momento atual é preocupante. O atual presidente comemora o golpe de 64, num desrespeito histórico. Imputa fascismo à esquerda, faz proselitismo político. Lá, atrás, essa corrente já escolhe um nome considerado "simpático" a um movimento nefasto. Nesse mesmo sentido, vem a militarização de escolas, a educação domiciliar, teses



"Existem diversas questões relacionadas à chamada Escola 'Sem Partido'. A primeira é que não é modismo. Tem tudo a ver com o crescimento de Organizações Não Governamentais (ONGs) e religiosas, que avançaram na última década, como interlocutoras de uma base manipulável. Se contrapõe à ideia de educar para a liberdade. Tolhe a liberdade, e essa premissa tem ressonância em grande parte da sociedade. É um conceito de escola onde se sobressaem os homofóbicos, racistas, misóginos e todos os tipos de preconceito. Todos patrocinados pelo dinheiro público, por fontes financeiras de entidades, sustentados por setores conservadores e ultraneoliberais. Já os setores mais progressistas, da educação pública, foram pegos de surpresa, com a agressividade desse avanço conservador. O conceito da Escola Sem Partido não se sustenta na ideia, mas tem grande apelo junto aos setores mencionados. Para entrar em outro patamar de luta, temos de exercer a autocritica. A linha mestra desse projeto nos imputa algo que deveríamos ter feito, e não fizemos. Não exercemos a máxima de Paulo Freire nas salas de aula. Deixamos de aplicar o conteúdo da Pedagogia do Oprimido. Somos acusados de praticar o que não praticamos. Permitimos o golpe,

não combatemos como se devia o pensamento misógeno. Não mediamos os saberes ideológicos e religiosos com nossos educandos. Mas o pouco que fizemos incomodou. Eles pregam uma neutralidade política, que além de impossível, é mentirosa. O bom professor convive com um ambiente fértil de ideias, com a pluralidade de ideias. Como não discutir a realidade que nos cerca com os educandos? Se há uma manifestação em defesa da criança e do adolescente, em defesa dos Direitos Humanos, contra o aumento de passagens, contra o racismo, contra a ditadura, como não estimular a discussão em sala de aula ou em qualquer outro local, propício ao conhecimento? Como não discutir Segurança Pública, diante de uma notícia que informa que desferiram 80 tiros contra uma família negra? Esse projeto, do Fernando Holiday (DEM), que está na Câmara Municipal de São Paulo, além de mal escrito, não tem lastro, é contraditório no seu próprio conteúdo e não tem base legal. O que está escrito lá mexe com princípios constitucionais inclusive. É só ler o art. 206, inciso II da Constituição Federal, sobre a liberdade de cátedra.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

"NEUTRALIDADE NA EDUCAÇÃO É IMPOSSÍVEL E MENTIROSA"

Nossa ingenuidade de classe nos fez perder o melhor debate, em 2010. Nesse sentido, beberei na fonte da Marilena Chauí. Esse povo que era de classe média e passou a ser chamado de classe média emergente, destruiu o sentimento de pertencimento de classe trabalhadora. O acesso a determinados serviços e a mudança no perfil de consumo, criou a sensação de ascensão e não de acesso. Fez com que milhões de pessoas se sentissem ricas e poderosas, esquecendo sua origem, de classe trabalhadora. A classe trabalhadora vive de salário e essa infantilização de não pertencimento à classe trabalhadora, nos trouxe até aqui e os primeiros a sofrerem são os negros, as mulheres, a população LGBT. A luta é de classe e étnica. A elite odeia que se coma uma lasca de seu pão. A retomada violenta do pensamento neoliberal alarma a sociedade e, de certa forma, a reação tem se mostrado insuficiente, ainda."

Claudete Alves da Silva Souza, foi vereadora por dois mandatos em São Paulo, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). É autora da lei 13.707/2004, que instituiu o 20 de novembro, dia da Consciência Negra, como feriado municipal na cidade de São Paulo. É também autora de Negros: o Brasil nos deve milhões, que tem como objetivo denunciar o Estado Brasileiro pelo crime de escravidão e pela violação dos direitos humanos.



"O movimento da Escola 'Sem Partido' é amplificado a partir da primeira eleição da Dilma, em 2014. É quando ganha velocidade, robustez e um slogan, falso, mas sedutor. Insinua, enquanto conceito, que não há direita ou esquerda, como caminhos a seguir, mas quando vamos para os detalhes logo fica evidente que é uma escola com partido, com uma corrente única de pensamento. Já há um debate intenso na comunidade acadêmica sobre o caráter restritivo de ideias exposto nos diversos projetos que se espalharam pelo País. Estamos extremamente preocupados, porque impõe no seu conteúdo um grau de religiosidade no ensino, em bases dogmáticas, indiscutível. O ensino perde o caráter laico, que se distancia do controle da Igreja e do clero sobre a vida intelectual e moral das pessoas, sobre as instituições e os serviços públicos. É um movimento que professa o pensamento único, linear. O caráter científico do saber fica de fora, uma vez que só se faz ciência a partir da dúvida. É um movimento que busca impor a visão de um grupo religioso, desprezando todas as demais correntes de fé. A reboque vem a questão ideológica. Exige-se a transmissão de conteúdo sem viés ideológico. Ao expor em sala de aula, a questão da escravidão, por exemplo,

apresentá-la como inconcebível uma forma de exploração humana, enfim, ter uma posição humanística, frente à escravidão, seria classificada por essa corrente, ensino com viés ideológico. Esse movimento transita no âmbito de que o que importa é o mercado. Transforma o ensino em algo mercadológico, manipulável. Numa aula de química, não poderíamos abordar a questão do petróleo no mundo de hoje, seu potencial energético, o peso da indústria brasileira no mundo e as questões geopolíticas que envolvem o tema. Não poderíamos falar da indústria farmacêutica, no contexto dos fármacos, da sua importância e implicações econômicas dessa indústria. Voltaríamos a decorar a tabela periódica, sem compreendê-la no seu todo. Como não falar no impacto dos agrotóxicos, para entender a química da vida? Mas o nosso desafio constante será o de desconstruir esse movimento com argumentos fáticos e consistentes. Essa era de pós-verdade, tem apresentado um novo tempo a ser superado pelos educadores. Tudo o que se coloca nessa chamada Escola 'Sem Partido' é prejudicial ao livre pensamento das pessoas. Do ponto de vista político, querem usar algo ao estilo da Escola 'Sem Partido', na defesa do golpe militar, por exemplo, quando era proibido pensar. A proposta dessa mudança de conteúdo tem claro

"ESSE PROJETO TRANSFORMA O ENSINO EM ALGO MERCADOLÓGICO, MANIPULÁVEL"

objetivo de implantar o ensino tecnicista, com vistas à criação de mão de obra. O Estado rumo na contramão da evolução do pensamento humano. Mercado e religião se funde ao ambiente de ensino. Os financiadores de campanha têm claro o benefício desse modelo para o mercado. Cabe saber se a sociedade civil percebe a armadilha desse projeto, que tem uma lógica fascista que não vai ajudar o País a se desenvolver. Pelo contrário, seu embasamento teórico o torna instrumento de controle."

Guilherme Coelho de Souza Nascimento, graduado em Química com extensão em ensino de Física, professor da rede pública e privada desde 1979, docente em Ciências, Matemática, Química e Física. Presidente do CAPESP (Centro Associativo dos Profissionais de Ensino do Estado de São Paulo), presidente da Comissão Consultiva Mista (CCM) do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE) e dirigente da Federação de Entidades de Servidores Públicos do Estado de São Paulo (FESPESP). Já foi candidato a Prefeito em Mongaguá pelo Partido dos Trabalhadores, ex-Conselheiro do Santos FC e ex-Conselheiro Regional do Sindicato APEOESP.



"Esse Movimento Escola 'Sem Partido' é, categoricamente, prejudicial ao livre pensamento. Do ponto de vista político um retrocesso evidente que, na atual conjuntura, encontra eco num governo que defende o golpe militar de 64, que já preconizava a proibição 'do pensar'. Propõe mudança de conteúdo programático que privilegie um ensino tecnicista, que proíbe o livre pensamento em salas de aula e tolhe o educador em todos os sentidos. É a introdução do mercado e da religião no ambiente escolar. Entendo que esse movimento é uma farsa, uma vez que não existe escola sem partido, na verdade o que querem impor é o partido 'deles'. É comandado por grupos minoritários, muito barulhentos, que querem instituir a censura e a mordada nas escolas. Não interessa a eles alunos com senso crítico, causa desigualdades, eleva a homofobia, o racismo e a misoginia. No âmbito da política, não tem aderência consistente na sociedade. É proposto por gente lunática que imputa aos professores, ensino com doutrinação marxista. Esse projeto, de orientação bizantina, tira do foco do principal. Temos sérios problemas com a falta de vagas, com as taxas baixas de permanência escolar, de acesso infantil, salas superlotadas e baixo salários. Quando, com toda essa deficiência estrutural, surge

uma proposta como essa, da Escola 'Sem Partido', sem dúvida alguma, tem o claro objetivo de desviar o olhar da sociedade para o que realmente interessa, para o que realmente necessita de ação urgente do Estado. É um caminho sem futuro. Se tivessem estudado saberiam que o dogmatismo não leva a lugar algum, ou melhor, conduz a sociedade para o 'nada'. Com exceções, a escola já doutrina para o mercado. Esse movimento está perdendo força, é concentrado nos setores conservadores, de ultra-direita, MBL, e bancada evangélica. É um diversionismo para atrasar o relógio da história, assim como a proposta do ensino domiciliar, com uma visão medieval da Educação. O projeto Escola 'Sem Partido' chegou na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) há dois anos, e não foi aprovado. Tem enorme dificuldade de tramitar. É defendido por 'fundamentalistas', que não são alinhados com o todo da ALESP. A pauta positiva, e necessária, é aquela que deve nos unir em torno do Plano Nacional da Educação (PNE). Os setores progressistas querem implementar metas e diretrizes na Educação, no Ensino Médio, um super financiamento da Educação pública. Essa é a pauta que deve avançar. Essa é a pauta que o Brasil precisa e que os Estados devem concentrar esforços para impor."

"É UM DIVERSIONISMO PARA ATRASAR O RELÓGIO DA HISTÓRIA"

Em novembro do ano passado, o deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL) convocou uma audiência pública contra o Escola 'Sem Partido'. A reunião aconteceu no auditório Franco Montoro, na Assembleia Legislativa de São Paulo. Estiveram presentes centenas de professores e professoras, representantes de sindicatos, movimentos sociais e populares, estudantes e entidades ligadas ao Poder Judiciário. As falas das diversas lideranças reforçaram a inconstitucionalidade da chamada "lei da mordada", e destacaram a importância de traçar estratégias políticas e jurídicas de resistência, construindo uma ampla frente em defesa da escola crítica e cidadã.

Carlos Alberto Giannazi é atualmente, deputado estadual pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) de São Paulo. É diretor de escola pública, professor universitário, mestre em Educação e doutor em História (USP). Foi vereador da capital de 2001 a 2007 e candidato a prefeito de São Paulo em 2012.

Carlos Giannazi vem fazendo sua longa trajetória política na base da defesa consistente da Educação e da luta constante por mais investimentos públicos no setor. Sempre atuou ao lado do magistério por salários mais dignos, formação continuada, condições adequadas de trabalho de professores e das demais carreiras do funcionalismo público.

O MOVIMENTO ESCOLA 'SEM PARTIDO' JÁ É TEMA JUDICIALIZADO

Desde o lançamento do movimento Escola 'Sem Partido', municípios e estados inserem o debate nas câmaras municipais e assembleias legislativas. Vez ou outra, leis são aprovadas, mas levadas aos tribunais superiores, que apontam a inconstitucionalidade dos projetos, por invadir competência da União.

Lei que instituiu Escola 'Sem Partido' em Volta Redonda é inconstitucional, diz TJ-RJ

Lei municipal não pode estabelecer diretrizes e bases do ensino público, pois essa competência é privativa da União. Com base nesse entendimento e em defesa do pluralismo de ideias, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro declarou, segunda-feira (1/4), a inconstitucionalidade da Lei municipal 5.457/2018, que instituiu o programa Escola 'Sem Partido' na cidade de Volta Redonda.

O relator do caso, desembargador Luiz Zveiter, afirmou que o município invadiu a competência da União ao estabelecer diretrizes e bases para o ensino público. Além disso, o magistrado apontou que a lei de Volta Redonda contraria a liberdade de ensinar e o pluralismo de ideias. (Fonte: Conjur)

Entidades de educadores vão ao STF contra lei de Escola Sem Partido no Paraná

A Lei Complementar 9/2014, que instituiu o Programa Escola sem Partido no município de Santa Cruz de Monte Castelo, no Paraná, é questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Associação Nacional de Juristas pelos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais (Anajudh LGBTI).

As duas entidades ajuizaram ação de descumprimento de preceito fundamental com pedido de liminar (decisão antecipada) para suspender a norma que, entre outros pontos, veda a doutrinação política e ideológica em sala de aula e a veiculação, em disciplina obrigatória, de conteúdos que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos estudantes ou de seus pais ou responsáveis. A relatoria é do ministro Luiz Fux.

(Fonte: Assessoria de Imprensa do STF, 22/04)

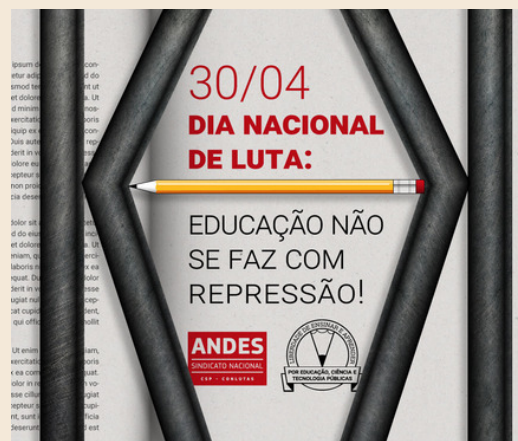
"Escola Sem Partido" iniciado em Alagoas tem votação suspensa no STF

Durante sessão do Supremo Tribunal Federal (STF), dia 28/11/2018, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, suspendeu por tempo indeterminado, o julgamento da lei alagoana Escola Livre, aprovada em 2016 pela Assembleia Legislativa do Estado (ALE). O projeto está em tramitação na Câmara dos Deputados local, e já passou pela Comissão de Educação. Causou polêmica durante a reunião por obrigar a neutralidade ideológica, política e religiosa nos estabelecimentos de ensino. Em Alagoas, a lei é de autoria do deputado estadual Ricardo Nezinho (MDB), a lei chegou a ser vetada pelo governador Renan Filho (MDB), mas o veto foi derrubado pelos parlamentares. No STF a relatoria está com o ministro Luís Roberto Barroso.

(Fonte: Assessoria de Imprensa do STF, 28/11)

Ações multimídia pela liberdade de ensinar e aprender

Para fazer frente à onda de perseguição e de criminalização de professores e aos cortes de verbas, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES SN) iniciou ações multimídia. As mobilizações no interior das instituições de ensino serão unificadas pelo selo: "Liberdade de ensinar e aprender: por uma educação, ciência e tecnologia públicas", bem como pelas liberdades democráticas, a autonomia universitária e a liberdade de ensinar e de aprender. No dia 15 de abril, a entidade teve conhecimento da prisão, em sala de aula, de Camila Marques, professora do Instituto Federal de Águas Lindas-GO e Coordenadora Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) - (Fonte: ANDES)



A Educação no olho do furacão



As expectativas na área de Educação permanecem, mas em cenário ainda mais turbulento. Depois de eleito presidente, Jair Bolsonaro mantém elevada a temperatura política, econômica e social. Nas capas dos principais jornais, revistas e na internet, a imprensa expõe uma administração cada dia mais conturbada na área da Educação. Em apenas três meses à frente do Ministério da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez protagonizou as principais polêmicas causadoras de sua demissão. O novo chefe da pasta, Abraham Weintraub, que tomou posse no dia 9 de abril, sinaliza seguir o mesmo script. Em poucos dias já coleciona críticas contra o atual governo. Abaixo, relembre algumas das principais polêmicas criadas por Ricardo Vélez Rodríguez, e agora, por Abraham Weintraub, no Ministério da Educação. (Fonte: O Estado de S. Paulo).

Filmagem de alunos cantando o 'Hino Nacional'

Ricardo Vélez Rodríguez enviou carta oficial do Ministério da Educação a diretores de escola sugerindo a leitura de um texto com slogan da campanha de Bolsonaro, seguida do 'Hino Nacional'. Os alunos deveriam ser filmados e a gravação, enviada ao MEC. A mensagem causou reação no meio educacional. O Conselho de Secretários Estaduais disse que a recomendação feria a autonomia dos entes da Federação e algumas pastas indicaram que não seguiriam a proposta.

Nomeação e exoneração relâmpago de ex-MBL no INEP

Defensor do movimento Escola "Sem Partido", e ex-membro do Movimento Brasil Livre (MBL), Murilo Resende Ferreira foi indicado para a coordenação do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) e rebaixado do posto menos de 24h depois. Hoje, ele assume um cargo especial criado especialmente na administração Bolsonaro, no qual "ajudará no acompanhamento, análise e direcionamento do Enem".

Governo não vai mais avaliar alfabetização de crianças

Em uma portaria publicada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), o Ministério da Educação anunciou que não faria mais a avaliação de alfabetização das crianças de até 7 anos. O ex-ministro Vélez Rodríguez afirmou que não tinha sido comunicado sobre essa decisão e, menos de 24h depois, revogou a portaria. Por fim, também exonerou Marcus Vinícius Rodrigues do cargo de presidente do INEP.

Sindicatos e instituições repudiam declaração de ministro da Educação

Após a declaração do Ministro da Educação Abraham Weintraub no último domingo, 28, quando afirmou que seria "direito dos alunos" filmar professores em sala de aula, sindicatos e associações de professores se manifestaram nesta segunda-feira, 29, contra a postura do governo federal. O ministro afirmou que os professores não devem ficar "apavorados" e que têm liberdade para tecer comentários fora do horário da aula.

Bolsonaro quer retirar recursos da área de Humanas

O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Educação, Abraham Weintraub informam "descentralização" da verba destinada a cursos nas áreas de humanidades, como Filosofia e Sociologia, e destiná-la a outros das áreas de Ciências Exatas e Biológicas, como Veterinária e Engenharia, que dariam "retorno mais imediato" ao contribuinte. A repercussão foi grande: protestos vieram da comunidade acadêmica e científica, de políticos de oposição e de entidades dedicadas à Educação.

MEC cortará verba de universidades UnB, UFF e UFBA

Sem detalhar critérios, o ministro Abraham Weintraub disse ao 'Estado' que a medida de corte considera o desempenho acadêmico alguém do esperado ou promoção de 'bagunça, evento ridículo'. A Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), estão na lista, e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas Gerais, está sob avaliação.

OS NÚMEROS E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) emite nota técnica em que analisa o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgado em agosto de 2018. De acordo com a nota, no Brasil, a questão do acesso à escola não é mais um problema, já que quase a totalidade das crianças ingressa no sistema educacional. Entretanto, as taxas de repetência dos estudantes são bastante elevadas, assim como a proporção de adolescentes que abandonam a escola antes mesmo de concluir a educação básica. Outro indicador preocupante é a baixa proficiência obtida pelos alunos em exames padronizados. Os resultados se referem a um universo de 59.388 escolas. Dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2017 mostram médias de proficiência em português e matemática. (Divulgação: Inep, 30/08/2018, infográfico publicado pelo site G1).

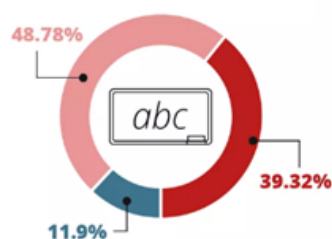
PERCENTUAIS EM NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM PORTUGUÊS E MATEMÁTICA

ÍNDICES CONSIDERAM UNIVERSO DE TODAS AS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA E PRIVADA

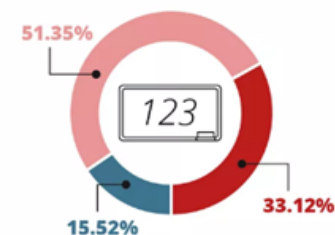
NÍVEIS: ■ INSUFICIENTE (0 a 3) ■ BÁSICO (4 a 6) ■ ADEQUADO (7 a 9 português, 7 a 10 matemática)

5º ANO Ensino Fundamental

PORTUGUÊS

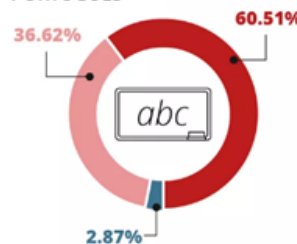


MATEMÁTICA

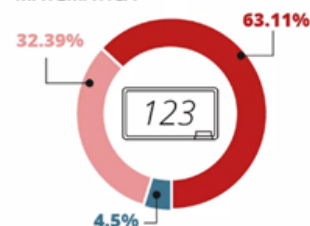


9º ANO Ensino Fundamental

PORTUGUÊS



MATEMÁTICA



3º ANO Ensino Médio

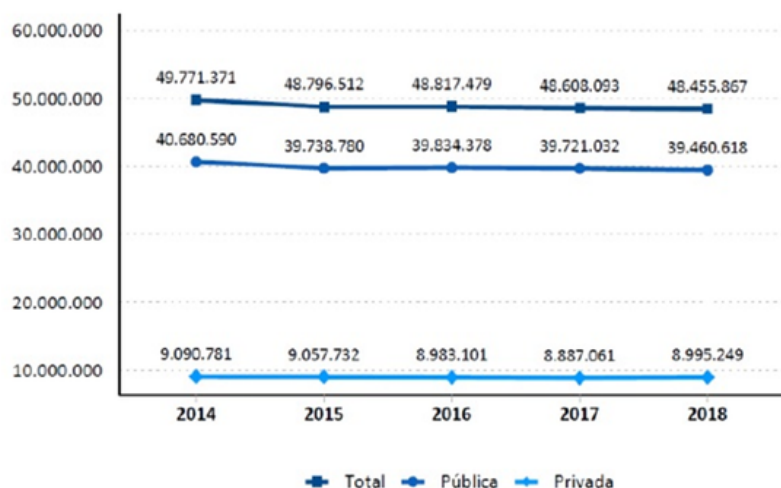
PORTUGUÊS



MATEMÁTICA



Infográfico comparativo de matrículas da Educação Básica (Inep/MEC)



O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgou nesta quinta-feira, 31 de janeiro, as estatísticas do Censo Escolar 2018. O levantamento identificou queda de 1,3 milhão nas matrículas da educação básica (ensinos infantil, fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos - EJA), entre 2014 e 2018. As informações do Censo Escolar de 2018 dão conta de que a situação da educação básica não melhorou. As matrículas no ensino médio continuam caindo, foram menos 200 mil matrículas em 2018. Nos últimos cinco anos, a queda total foi de 7,1%.

EXPEDIENTE

Diretoria: Presidente - Maricler Real; Vice-presidente - Cristiane Calvo; Primeiro secretário - Adeildo Vila Nova; Segunda secretária - Fernanda Tonus; Primeira tesoureira - Susana de Souza Moraes Borges; Segunda tesoureira - Célia Laura Camillo Muchatte Trento. **Conselho Fiscal:** Jéssica de Moura Peixoto, Claudia Anaf, Miriam Vega da Silva. **Suplentes do Conselho Fiscal:** Alana Beatriz Ferreira, Rodrigo Gonzales de Oliveira. **Conselho editorial:** Adeildo Vila Nova, Selma Nunes. **Redação, edição e diagramação:** Selma Nunes Comunicação Ltda-ME Jornalista responsável: Selma Nunes (Mtb 13.585/SP). **Endereço:** Rua Barão de Itapetininga, 125 - cj 21 - Centro - São Paulo CEP: 01042-001 - Tel: (11) 3256-5011 - Site: www.aasptjsp.org.br. *Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do responsável pelo boletim ou da Diretoria.*